

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO – RIO DE JANEIRO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 129/2022

Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.680.592/0001-51, por intermédio de seu representante Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, vem mui respeitosamente, com fulcro no art. 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, propor:

#### RECURSO

em desfavor do equipamento ofertado pelas empresas C. E. CARVALHO - COMERCIAL, inscrita no CNPJ sob nº 24.864.422/0001-73, declarada vencedora do item 17, e demais empresas subsequentes, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.593.430/0001-50 e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.425.249/0001-98, do Pregão Eletrônico 129/2022, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### I – DA TEMPESTIVIDADE

A Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, por intermédio de seu representante legal Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, manifesta de forma TEMPESTIVA o presente Recurso Administrativo, referente ao item 17 do Pregão Eletrônico 129/2022.

20.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema Comprasnet SIASG, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

20.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos..

Diante do exposto, manifesta-se que o prazo de apresentação das razões ao recurso é tempestivo, portanto, pugna-se pelo o recebimento do presente.

#### II – DOS FATOS

A Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, interpõe o presente Recurso referente ao item 17, do Pregão Eletrônico 129/2022, contra a Decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, nos termos das razões a seguir aduzidas.

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico, para Aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, para atender às necessidades das Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, CAPS e Hospital Municipal Raul Sertã, tipo menor preço, conforme consta no chamamento público Edital 129/2022.

A abertura da disputa de preços do Pregão Eletrônico se deu em 08 de agosto de 2022, às 10h00min. Após, o pregoeiro declarou a licitante C. E. CARVALHO - COMERCIAL, vencedora do item 17 do certame por ter ofertado, Eletrocardiógrafo, marca Contec, modelo ECG300G, foi o declarado vencedor, em segundo colocado a empresa M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ofertando marca Comen, modelo CM300 e por fim em terceiro colocado a empresa, VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, ofertando marca Comen, modelo CM300. Quanto da declaração do licitante vencedor, o sistema automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais, prazo esse cumprido pela ora Recorrente, sob as alegações a seguir expostas.

A empresa Brasil Devices, em diante denominada Recorrente, vem respeitosamente perante a Prefeitura de Nova Friburgo - RJ, por seu representante legal, opor-se à Decisão do Sr. Pregoeiro, face à classificação da empresa C. E. CARVALHO - COMERCIAL, da empresa segunda colocada M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e da empresa terceira colocada VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, no item 17 do certame 129/2022.

Com base nos fatos narrados, a Recorrente demonstrará técnica e juridicamente que a decisão do Sr. Pregoeiro deverá ser reformada.

#### III – DO DIREITO

Avaliando as propostas apresentadas pelas Recorridas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, verifica-se que os equipamentos ofertados não possuem 12 canais, os modelos ofertados pelas empresas supracitadas são de 03 canais, inferior ao solicitado em edital.

Preliminarmente vamos destacar o descritivo solicitado em edital:

Item 17:

“Eletrocardiógrafo Portátil - NÚMERO DE CANAIS: 12; Possui bateria interna; Possui tela LCD; Possui memória; Não possui suporte com rodízios; Possui laudo interpretativo; Possui 1 cabo de ECG. Compatível com Papel termossensível TAM. 58x30m.”

Inicialmente, é importante destacar o equipamento ofertado pela empresa C. E. CARVALHO – COMERCIAL, marca CONTEC, modelo ECG300G, não contempla 12 canais, senão vejamos o link a seguir o qual comprova o número de canais do equipamento, diferente do que exige o edital, conforme supra demonstrado.

LINK: <https://equipamedico.com/produto/contec-eletrocardiografo-ecg-300g>

Adiante, as empresas M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, ofertaram marca COMEN, modelo CM300, ou seja, tal modelo TAMBÉM não contempla os 12 canais exigidos pelo edital, senão vejamos a confirmação da informação prestada no link a seguir:

LINK: <https://www.quickbum.com.br/saude-e-beleza/hospitalar/eletrocardiografo/eletrocardiografo-de-3-canais-cm300-comen>

Assim, resta comprovado que os equipamentos ofertados pelas empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA estão fora dos limites das especificações mínimas solicitadas, pois não possuem os 12 canais exigidos pelo edital, tornando suas propostas inválidas para o presente certame, e que se forem contempladas estarão prejudicando o melhor interesse público em detrimento do particular.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante arrematante do item 17, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Portanto, os equipamentos apresentados pelas empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA não atendem as especificações editalícias, assim, merece a desclassificação.

IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA DO PRESENTE CERTAME.

Vê-se, portanto, que as propostas comerciais das empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA foram apresentadas em evidente desacordo com as especificações editalícias. Assim sendo, resta evidente que as propostas das empresas contestadas merecem sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, in verbis:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ...”

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

“O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”

Nesse mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

“Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles.”

Como visto, o julgamento das propostas não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

Ora, o que almeja a empresa ora Recorrente é que este Ilmo. Pregoeiro realize julgamento das propostas em conformidade com os ditames editalícios, ou seja, requer a recorrente que este o Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 3º da Lei de Licitações. Os mesmos princípios foram contemplados no art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê in verbis:

“Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.”

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

“Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”

CELSON ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica in totum esse posicionamento legal, ao asseverar que:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...” .

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação das empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA no presente certame, face a comprovação do não atendimento de suas propostas aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

#### V – DO ENCAMINHAMENTO A JUNTA DE RECURSOS

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

...

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

#### VI – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

- a. O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo de razões ao recurso é tempestivo;
- b. Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da Equipe Técnica, data venia, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação das licitantes C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA no item 17 tendo em vista as desconformidades apresentadas;
- c. Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a DESCLASSIFICAÇÃO das empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, por ser um princípio de justiça;
- d. Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Pinhais, 14 de setembro de 2022.

**Voltar**